

O Ensino Superior a Distância em Portugal

Sessão-debate | 4 de abril 2019 | Incubadora da Universidade de Lisboa

Painel Temático 3

Garantia da Qualidade e Acreditação da oferta formativa a distância

António Moreira Teixeira

DEED-UAb (PT), CFUL (PT)

EDEN Senior Fellow (UK)

IBSTPI Scholar (USA)

“Ao contrário de outros países (...), este desenvolvimento [do EaD] **não tem tido a suportá-lo um quadro jurídico específico consolidado**. (...) Esta lacuna indesejável vem agora ser corrigida pelo RJIES ao se reconhecer, pela primeira vez, que a especificidade organizativa e pedagógica do ensino superior a distância obriga necessariamente a legislação especial complementar, a aprovar no quadro dos seus princípios fundamentais (Artº. 1º, nº. 3). O futuro diploma legal deverá assim **regular todas as matérias respeitantes à missão, organização e actividade das instituições ministradoras de ensino superior a distância** que, pelo seu carácter particular, sejam incompatíveis com a obediência à Lei geral (Artº. 178º, nº. 3).”

António M. Teixeira (2008), **Memorando ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

“É nossa convicção (...) que está reservada à Universidade Aberta uma função de **liderança e de estabelecimento de padrões de qualidade e inovação, no domínio do ensino superior a distância** no nosso país. Cabe-lhe ser o centro de competência nacional nesta área (...). Cabe-lhe ainda fornecer aos restantes estabelecimentos de ensino superior público, em **regime de colaboração ou parceria**, o aconselhamento técnico-pedagógico necessário para que **estes desenvolvam e mantenham também os seus modelos de excelência no domínio do ensino a distância**, devendo contar com os apoios necessários para o efeito.

Porém, entendemos que à Universidade Aberta está igualmente reservado um outro papel, consistente aliás com a sua vocação (...) para a **internacionalização e mesmo para a globalização da rede universitária portuguesa**. Para responder a esse desafio, a Universidade Aberta terá inevitavelmente de fazer crescer a sua oferta de cursos em quantidade e qualidade, cobrindo um leque vasto de domínios científicos, para o que deverá explorar, de um modo consistente e sistemático, o **estabelecimento de parcerias para a oferta da leccionação virtual dos melhores cursos da rede universitária portuguesa a novos públicos**.”

António M. Teixeira (2008), **Memorando ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

“(…) Parece hoje evidente que o ensino a distância, particularmente nas suas formas mais avançadas, **implica uma organização específica da carreira docente, diferente da actualmente em vigor, nomeadamente no que diz respeito à qualificação pedagógica específica e ao modo de prestação do serviço docente**. Este aspecto deverá ser naturalmente acautelado quer na legislação especial, quer nos próprios Estatutos das Carreiras Docentes do ensino superior, aquando das suas próximas revisões.

Um outro domínio prende-se com a **regulamentação da oferta de recursos educacionais abertos por estabelecimentos de ensino superior**. Este novo campo de actividade vem claramente desenvolver e aprofundar a missão de extensão científica e cultural reservada aos estabelecimentos de ensino superior, potenciando-a. Seria portanto bastante relevante que se viesse a proceder a alguma regulação dessa oferta, assegurando padrões mínimos de qualidade, bem como a articulação da própria rede de ensino superior.”

António M. Teixeira (2008), **Memorando ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

“É de prever que na futura legislação se venha a incidir também sobre a aplicação específica a esta modalidade da Lei n.º 38/2007, de 16 de Agosto, a qual estabelece o Regime Jurídico da Avaliação das Instituições de Ensino Superior (RJAES). Na verdade, embora o articulado possa ser aplicado sem restrições de maior ao caso da avaliação dos estabelecimentos e cursos que ministram ensino a distância, este não contempla alguns aspectos que consideramos decisivos para a **avaliação da qualidade desta modalidade de ensino (...).**”

António M. Teixeira (2008), **Memorando ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

ASPETOS TÍPICOS A CONSIDERAR NA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE CURSOS ONLINE/ EaD

Apoio e suporte institucional (visão, planeamento estratégico, infraestrutura)

Pedagogia (modelo de referência para o ensino e a aprendizagem, cultura)

Desenvolvimento curricular e de curso (design curricular, course design e distribuição)

Ensino e aprendizagem (instrução e colaboração)

Estrutura de curso (objetos de aprendizagem, ecossistema de conteúdos)

Apoio ao estudante (staff de apoio, serviços de apoio aos estudantes)

Apoio académico (professores, tutores)

Tecnologia (ambiente digital de aprendizagem, learning analytics, IA)

Avaliação das aprendizagens (tipos, organização e ferramentas)

Segurança da avaliação (anti-plágio)

Avaliação da qualidade

Adaptado de Daniel, J. & Uvalić-Trumbić, S. (2013) *A guide to quality in online learning*. Contact North



Standards and Guidelines for Quality Assurance
in the European Higher Education Area



CONSIDERATIONS FOR QUALITY ASSURANCE OF E-LEARNING PROVISION

ESTHER HUERTAS, IVAN BISCAN, CHARLOTTE EJSING,
LINDSEY KERBER, LIZA KOZLOWSKA, SANDRA MARCOS ORTEGA,
LIIA LAURI, MONIKA RISSE, KERSTIN SCHÖRG, GEORG SEPPMANN

Part 1. Internal Quality Assurance



Standard 1.1 – Policy for quality assurance

Standard 1.2 – Design and approval of programme

Standard 1.3 – Student-centred learning, teaching and assessment

Standard 1.4 – Student admission, progression, recognition and certification

Standard 1.5 – Teaching staff

Standard 1.6 – Learning resources and student support

Standard 1.7 – Information management

Standard 1.8 – Public information

Standard 1.9 – On-going monitoring and periodic review of programmes

Standard 1.10 – Cyclical external quality assurance

6

Part 1. Internal Quality Assurance

1.1

Standard 1.1 – Policy for quality assurance

- Ensure that e-learning is strategic at the institution ('new providers').
- Pedagogical model and innovation should be part of institutional strategy.
- Institutional policies should cover the constituent's elements of quality; course development; teaching and learning; course structure; student support; faculty support; technology; student assessment; examination security.

Standard 1.3 – Student-centred learning, teaching and assessment

1.3

- Instructional design (innovation).
- E-assessment (authorship and authentication).

8

Standard 1.4 – Student admission, progression, recognition and certification

1.4

- Same level of recognition by professional bodies & employers as face to face programmes.
- Fraud / Diploma mills.

Standard 1.5 – Teaching staff

1.5

- Different structure: authors, tutors, instructors, managers.
- Qualification, knowledge, skills.
- Support system for teaching staff.

Standard 1.6 – Learning resources and student support

1.6

- Student support (prevent drop out rate).

9

Artigo 13.º

Avaliação da qualidade

(…)

- 2 - São parâmetros de avaliação da qualidade de ciclos de estudos ministrados em ensino a distância os definidos no artigo 4.º da Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, com as necessárias adaptações, e ainda, cumulativamente, os seguintes:
- a) **A adequação do ensino a distância ao objeto e aos objetivos dos ciclos de estudos ministrados;**
 - b) **A adequação dos planos curriculares, dos conteúdos, materiais e metodologias adotados em cada unidade curricular ao ensino a distância;**
 - c) **A eficiência e a eficácia das associações, consórcios, parcerias, redes e acordos de cooperação;**
 - d) **As competências pedagógicas e científicas especializadas do corpo docente para o ensino a distância;**
 - e) **A adequação do corpo de técnicos especializados para a prestação do apoio individualizado, presencial e a distância, aos estudantes;**
 - f) **As competências técnico-pedagógicas da equipa encarregada de fazer o desenho curricular dos planos de estudo, conteúdos e materiais dos ciclos de estudos;**
 - g) **A adequação da infraestrutura e sistemas tecnológicos para as interações pedagógicas entre professores e estudantes, para o acesso a recursos de estudo, investigação e experimentação e para as interações da gestão académica;**
 - h) **A adequação, a eficácia e a eficiência das medidas adotadas para promoção da inclusão digital dos estudantes;**
 - i) **A adequação da estrutura dos planos de estudos e das unidades curriculares aos objetivos do ciclo de estudos e de cada unidade curricular;**
 - j) **A adequação, justeza, fidelidade e acessibilidade das metodologias e dos processos de avaliação;**
 - k) **O cumprimento das exigências legais relativas à publicidade dos ciclos de estudos;**
 - l) **A existência de mecanismos de monitorização do ritmo das conclusões dos ciclos de estudos e sua comparação com os ciclos de estudos de outras instituições ministrados em ensino a distância, bem como com ciclos de estudos semelhantes ministrados em ensino presencial.**